

1 ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA  
2 DE DOCENTES DE RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS

3 *Marcos Porto Freitas da Rocha* (UNIGRANRIO)

4 [porto.marcos@gmail.com](mailto:porto.marcos@gmail.com)

5 *José Geraldo da Rocha* (UNIGRANRIO)

6 [rochageraldo@hotmail.com](mailto:rochageraldo@hotmail.com)

7  
8 **RESUMO**

9 Quando o tema em análise se refere às religiões de matrizes africanas, emergem  
10 todos os tipos de dificuldades no seu trato no campo educacional. Os relatos aqui  
11 abordados nos propiciam afirmar que o racismo e preconceito estão arraigado de tal  
12 forma no imaginário social, que as atitudes de determinados indivíduos constituem em  
13 atentados à dignidade e à cidadania na sociedade brasileira. A prática docente, à luz  
14 das análises de Eduardo Quintana, é uma demonstração do quão imenso é o desafio  
15 dos professores, que em processo de afirmação dos valores indenitários, buscam os re-  
16 cursos devidos para tratar da temática em conformidade com os ditames educacio-  
17 nais. O presente artigo retrata algumas experiências docentes no campo da religiosi-  
18 dade e africanidade. A admissão de professores, a seu pertencimento a uma religião de  
19 matriz africana, em que pese as discriminações que possa sofrer, possibilita também  
20 uma certa identificação com os alunos que são discriminados para a sua prática religi-  
21 osa assumida no cotidiano escolar. Na análise aqui apresentada fica evidenciado a di-  
22 ficultade de se fazer valer os propósitos da lei 10.639, onde conviver com a diversida-  
23 de é um aprendizado e uma necessidade no campo educacional. Em uma sociedade tão  
24 plural, tão diversa como a sociedade brasileira, educar para o respeito e a valorização  
25 das diferenças se constitui em pilar de sustentação da cidadania e da democracia.

26 **Palavras-chave:** Religião. Racismo. Preconceito. Afro-brasileiro.

27  
28 ***1. Considerações iniciais***

29 Neste artigo apresentaremos a análise de quatro relatos de experi-  
30 ência produzidos pelos pesquisadores Eduardo Quintana e Ana Paula  
31 Mendes de Miranda e suas equipes, e que nos permitem compreender um  
32 pouco da realidade de professores que declaram ser de religiões afro-  
33 brasileiras no seu cotidiano em escolas municipais e estaduais do Rio de  
34 Janeiro. Que tipo de problemas eles enfrentam sem seu dia-a-dia e quais  
35 a reações que ocorrem por sua postura de declaração de fé.

36 Todas são servidores estáveis que realizam suas atividades em  
37 conformidade com a legislação vigente, e que, conforme abordado em  
38 alguns momentos no Capítulo I deste trabalho, exercem empatia com

1 seus educandos e não se eximem de expressar parte importante de sua  
2 formação cultural que é a religião e sua relação com o transcendente.

## 3 4 **2. A professora de Macaé**

5 Segundo descrição dos pesquisadores, trata-se de professora de  
6 língua portuguesa e inglesa, Amélia<sup>1</sup>, pós-graduada em português e latim  
7 pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e em africanida-  
8 des pela Fundação Educacional de Macaé (FUNEMAC). Trabalhava há  
9 oito anos em uma escola pública em Macaé e após curso de Afrocarto-  
10 grafias<sup>2</sup> oferecido pela prefeitura deste município começou a trabalhar a  
11 temática afro-brasileira em sala de aula. Mulher de 54 anos, branca, de  
12 olhos e cabelos claros, autodeclarada umbandista, que em seu relato  
13 afirma nunca ter havido problema de relacionamento com os professores  
14 e diretores que trabalhavam na escola, apesar de serem em maioria evan-  
15 gélicos. Enfatizou que sempre expressou sua religião na escola sem en-  
16 frentar qualquer dificuldade relacionada a isto. (MIRANDA *et al*, 2011).

17 No relato encontramos a descrição das aulas de literatura e gramá-  
18 tica onde a professora abordava a temática indígena, esclarecendo que  
19 ainda não havia utilizado a cultura e história africana nas aulas. Porém, a  
20 partir da sugestão de um aluno, decidiu utilizar o livro *Lendas de Exu*<sup>3</sup>,  
21 encontrado por este na biblioteca da escola. Tendo analisado o livro pa-  
22 radidático e verificado que possuía certificação do Ministério da Educa-  
23 ção (MEC), afirmou que conseguiu utilizá-lo sem problemas com uma  
24 turma do sexto ano. Utilizou uma metodologia que consistia na leitura do  
25 livro e discussão sobre os mitos e lendas da África “buscando descon-  
26 struir uma possível imagem negativa de Exu”, outra atividade em aula se-  
27 ria a de cada aluno desenhar as representações de Exu como um person-  
28 gem das narrativas do livro.

---

<sup>1</sup> Nome alterado para resguardar, ainda que o caso seja público e notório.

<sup>2</sup> Este curso foi um incentivo em prol de atender a lei 11.645/08 que prevê o ensino transversal, ou seja, em diversas disciplinas, no currículo escolar, da história e cultura africanas nas salas de aulas das escolas públicas.

<sup>3</sup> Livro de Adilson Martins, publicado pela Editora Pallas em 2005, que narra diversas histórias sobre o personagem Exu, da mitologia africana e afro-brasileira, em comparação com outros seres mitológicos com as mesmas características como Loki (Nórdica), Hermes ou Mercúrio (grega ou romana) e outros, ou folclóricos como Saci, Pedro Malasartes etc.

1 Após dois meses utilizando o livro como ferramenta de aborda-  
2 gem da cultura e história afro-brasileira, começaram os conflitos, sobre o  
3 que ela afirma ter coincido com o pedido de realização de atividades  
4 relativas ao livro como deveres de casa.

5 Os pesquisadores relataram que segundo o processo administrati-  
6 vo, o diretor adjunto recebeu reclamações de pais referentes à atuação da  
7 professora em sala, este inicialmente considerou que poderia estar ha-  
8 vendo algum tipo de preconceito dos pais em relação à professora, devi-  
9 do sua confissão de fé de religião afro-brasileira. Contudo, ante a intensi-  
10 ficação das crescentes reclamações, iniciou averiguação que o levou a  
11 concluir que o conteúdo abordado em sala não era sobre literatura afro-  
12 brasileira, mas sim o “místico religioso”.

13 Consta da descrição que ocorreu uma reunião com a professora  
14 onde o diretor adjunto insistiu para se substituísse o livro utilizado pelo  
15 livro *Menina Bonita do Laço de Fita*<sup>4</sup> com a finalidade de evitar proble-  
16 mas para a professora. Amélia se negou a trocar o livro e afirmou sua in-  
17 tenção de desmistificar o personagem Exu durante suas aulas. O diretor  
18 argumentou que se tratava de currículo de ensino religioso – uma disci-  
19 plina não prevista na grade curricular da prefeitura de Macaé – o que era  
20 incompatível com uma escola e com um estado brasileiro laico<sup>5</sup>.

21 Quanto à posição da diretora, que se declarou negra e evangélica,  
22 esta informou que os alunos fizeram reclamações de haver apologia reli-  
23 giosa nas aulas de Amélia, e de esta lhes causar temor pelo ocultismo fa-  
24 zendo ameaças de usar uma tatuagem de pirâmide com um olho afirman-  
25 do que poderia vigiá-los por meio deste. Relatou ainda que a professora  
26 teria obrigado um dos alunos a usar uma faixa escrita com a inscrição  
27 Exu, segurar cartazes de desenhos do mesmo e ser fotografado contra a  
28 sua vontade.

29 Houve grande procura da direção da escola com diversas reclama-  
30 ções quanto ao conteúdo abordado em sala de aula. Organizaram-se reu-

---

<sup>4</sup> Trata-se de um livro infantil, de Ana Maria Machado, uma autora de literatura infanto-juvenil consagrada, que narra a história de um coelho branco que, após conhecer uma menina negra e considerá-la a pessoa mais linda que já viu em toda sua vida, faz diversas tentativas para se tornar ele próprio tão “prezinho” como a menina. O livro é uma referência muito utilizada em escolas para tratar do tema diversidade racial, geralmente, utilizado para as primeiras séries do ensino fundamental ou pré-escolar.

<sup>5</sup> Ainda que a Constituição em seu art. 210, § 1º, e a Lei 9394/96, em seu art. 33, estabeleçam que sua oferta seja obrigatória no ensino fundamental, porém de matrícula facultativa.

1   niões de pais e alunos para discutir o problema que, na opinião dos pais,  
2   seria a temática religiosa inserida no livro *Lendas de Exu*. O principal ar-  
3   gumento da reclamação dos pais foi sobre a temática religiosa, que na  
4   opinião deles, não poderia ser tratada na escola.

5           Diante das reclamações dos pais e a recusa de Amélia em mudar o  
6   livro utilizado em sala, a diretora a colocou à disposição<sup>6</sup> da Secretaria de  
7   Educação. Amélia procurou a Comissão de Combate à Intolerância Reli-  
8   giosa (CCIR), que publicou uma moção de desagravo em um jornal do  
9   Estado do Rio de Janeiro. Outros jornais de grande circulação também  
10   publicaram notas e reportagens e o caso prossegue no judiciário.

11           O universo das matrizes africanas, no que tange à religiosidade,  
12   está repleto de tabus, construídos há séculos de história de dominação,  
13   cuja alusão já é suficiente, no ambiente escolar para gerar práticas de in-  
14   tolerância. No caso específico em discussão, a realidade estranguladora  
15   foi Exu, uma das figuras satanizadas na cultura dominante no campo da  
16   religiosidade.

17

### 18   **3. Graça: o candomblé é uma escola**

19           Segundo descrição do professor Eduardo Quintana, Maria das  
20   Graças, ou apenas Graça é Filha de Oxum, mulher negra, heterossexual,  
21   47 anos, solteira e sem filhos e ocupa o cargo de equéde. O terreiro ao  
22   qual é integrada situa-se na Zona Norte do Rio de Janeiro. Nasceu na  
23   mesma casa onde reside com o pai, operário, em bairro da Zona Sul do  
24   Rio de Janeiro. Graduada em história da arte em uma universidade priva-  
25   da confessional na Zona Sul do Rio de Janeiro e é professora nas redes  
26   municipal e estadual de ensino do Rio de Janeiro, na disciplina educação  
27   artística.

28           Graça afirma que há muito preconceito contra os praticantes de re-  
29   ligiões afro-brasileiras na escola, isto os faz sentir-se intimidados quanto  
30   a assumir sua orientação religiosa. Declara ainda que esta lógica também  
31   ocorre na relação entre pares. Observa que nos últimos anos, nas escolas  
32   onde há maior número de professores evangélicos, os docentes adeptos  
33   do candomblé se sentem discriminados e que isto acontece com a anuên-

---

<sup>6</sup> O funcionário é colocado em suspenso de suas atividades profissionais para ser realocado em outra instituição pública.

1 cia dos diretores. Contudo, na escola em que leciona isso é diferente em  
2 razão da ação firme do diretor contra esse tipo de postura.

3         Recorda-se de que quando se iniciou, trabalhava em duas escolas,  
4 uma católica, na Zona Sul do Rio de Janeiro, e outra da rede pública es-  
5 tadual, no bairro de Campo Grande. Na escola católica, segundo ela,  
6 nunca teve problemas com sua orientação religiosa. Porém, essa relação  
7 de respeito não se repetia na escola pública onde sofreu discriminação  
8 por parte dos professores evangélicos. Afirmando inclusive que os três  
9 meses seguintes a sua iniciação fossem muito difíceis, não apenas em de-  
10 corrência da citada discriminação mencionada, mas no que se refere à sua  
11 relação com os outros professores. No caso dos professores evangélicos,  
12 a relação era distante, ela não conseguia se aproximar, pois havia “certa  
13 resistência” da parte deles. Tendo sido um período de aprendizado, que  
14 desmistificou a relação de intolerância que pensava existir em escolas ca-  
15 tólicas como desconstruiu os valores éticos e morais que acreditava ainda  
16 existirem na escola pública.

17         Declara ainda que o candomblé é uma grande escola, por ensinar  
18 seus praticantes que “as pessoas têm qualidades e defeitos” e, por esta ra-  
19 zão não se deve emitir juízo de valor. Acredita que é o candomblé e não a  
20 escola que tem ensinado aos seus praticantes a lidar com a diferença e a  
21 se relacionar com as outras religiões.

22         Ao ser questionada se era função da escola ensinar os alunos a  
23 conviverem com a diferença, e se este seria um dos objetivos da Lei nº  
24 10.639 (BRASIL, 2003) e das diretrizes curriculares nacionais para a  
25 educação das relações étnicorraciais e para o ensino de história e cultura  
26 afro-brasileira e africana (BRASIL, 2005), enfatizou que isto não aconte-  
27 cia. Graça considera que a lei não contempla as religiões afro-brasileiras,  
28 encobrendo este tipo de religiosidade, pois não acredita ser possível estu-  
29 dar a África sem mencionar suas divindades. A existência pura e simples  
30 da Lei nº 10.639 e das diretrizes curriculares não leva a termo o processo  
31 de aceitação das religiões afro-brasileiras por parte da escola.

32         Quanto a não observância das necessidades religiosas dos alunos  
33 praticantes das religiões afro-brasileiras pela escola, observa que a fre-  
34 quência no terreiro pode atrapalhar a escola, porque esta não quer ade-  
35 quar o seu calendário às datas litúrgicas dessas religiões:

36                 [Graça]. Você vê o menino faltar porque ele tem que ficar recolhido três  
37 meses, vai atrapalhar, sim, a escola. Quanto às festas, isso também atrapalha.  
38 Eu também acho que a escola não foi feita para receber ninguém de candom-  
39 blé. Se você faz o santo ou tem que ir numa festa importante na sua Casa, não

1                    está incluído em lei nenhuma que você pode faltar. (QUINTANA, 2013, p.  
2                    131)

3                    Esta é uma questão da não aceitação de um universo religioso,  
4                    que está muito além dos objetivos propostos por uma educação inclusiva  
5                    e não apenas meramente legal. Segundo o relato de Graça, na rede públi-  
6                    ca de ensino, a expressão que mais tem ouvido ao longo dos anos é:  
7                    “Quem mandou o aluno fazer o santo?”. A comunidade escolar, ao agir  
8                    assim, demonstra o desrespeito pela religiosidade do discente. Numa ins-  
9                    tituição onde o aluno judeu, o católico e o evangélico são respeitados, o  
10                    praticante do candomblé, não.

11                    Em relação ao calendário escolar, ela entende que deveria haver  
12                    flexibilidade entre as demandas do calendário escolar e as necessidades  
13                    do aluno. A escola, sem alterar seu calendário, tem de adotar uma postura  
14                    democrática e aberta, em que respeite a diversidade existente em seu in-  
15                    terior. Aplica a Lei nº 10.639, de forma a propiciar uma verdadeira in-  
16                    clusão do aluno praticante das religiões afro-brasileiras.

17                    [Graça]. Uma pessoa para fazer o santo precisa, no mínimo, de 21 dias...  
18                    Eu acho que poderia, sim, sem abuso. Ele poderia fazer as provas. Fala-se em  
19                    igualdade, então eu acho que tem que ter sim, uma “leizinha” que possibilita-  
20                    se esse aluno, esse candomblecista, fazer o santo e voltar a estudar sem perder  
21                    o ano. Aqui, na escola, tem um aluno que fez santo e, graças a Deus, ele não  
22                    perdeu o ano. [...]. Também tem professores que mantêm certo distanciamento.  
23                    Professores que chegam a debochar da situação do aluno: “Ele dá priorida-  
24                    de para o santo, ele deita para o santo” [fazer obrigação]. Eu já escutei isso.  
25                    (QUINTANA, 2013. p. 132)

26                    A partir de suas declarações, é possível perceber a existência de  
27                    um currículo que internaliza os valores de uma matriz religiosa judaico-  
28                    -cristã numa vertente mais radical. O aluno praticante das religiões afro-  
29                    -brasileiras tem o direito de afirmar seus valores sociais e culturais pela  
30                    vestimenta, vocabulário e expressão corporal. Sendo a escola responsável  
31                    por zelar para que os colegas de outros credos não o ridicularizem.

32                    O evento da lei 10.639, em um primeiro momento insurge como  
33                    possibilidade de se abrir novas perspectivas no processo educacional,  
34                    onde os valores e contribuições dos negros na história do Brasil pudes-  
35                    sem ser explicitados, conhecidos e assumidos como elementos relevantes  
36                    na construção das identidades. Entretanto, alguns educadores entendem  
37                    que isso seja possível fazer, desenvolvendo uma prática que consiga se-  
38                    parar o que é cultural, histórico, dos elementos da religiosidade. Ou seja,  
39                    dá para ensinar história da África sem tocar em religião. Essa compreen-

1 são equivocada tem colocado enormes empecilhos no processo de im-  
2 plementação da referida lei.

3

#### 4 **4. Eloisa: o ensino religioso é algo muito perigoso**

5 Outra experiência que mereceu nossa atenção na pesquisa de Edu-  
6 ardo Quintana, é a vivência de Eloisa. É identificada como nascida e cri-  
7 ada em um bairro da Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro, essa filha  
8 de Oxalá, que integra um terreiro situado na Zona Norte da cidade do Rio  
9 de Janeiro, 46 anos, homossexual, branca, sem filhos, que declara ter  
10 uma companheira com quem vive maritalmente há vários anos. Bióloga,  
11 professora de ciências nas redes municipal e estadual do Rio de Janeiro,  
12 há aproximadamente 20 anos.

13 Em sua experiência como professora, ao ser questionada quanto à  
14 Lei nº 10.639 (BRASIL, 2003) e das *Diretrizes Curriculares Nacionais*  
15 *para a Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de Histó-*  
16 *ria e Cultura Afro-Brasileira e Africana* (BRASIL, 2005) afirmou que,  
17 mesmo antes de esta existir, já abordava temas relacionados às culturas  
18 africana e afro-brasileira, procurando inserir em suas atividades alguma  
19 expressão em iorubá acompanhado da respectiva tradução, o que causava  
20 estranheza nos alunos:

21 [Eloisa] E eles ficam olhando: “O que é isso professora?” Eu respondia:  
22 “É a língua dos nossos ancestrais. Aqui tem algum branco total?” Eu brinco  
23 com eles: “A gente é tudo vira-latas. Ninguém aqui tem pedigree. Ninguém  
24 aqui tem ‘raça pura’; aqui é tudo misturado”. Essa é a língua que veio lá da  
25 África. A língua de alguns dos nossos ancestrais. Por isso que é legal a gente  
26 conhecer. (QUINTANA, 2013, p. 133)

27 Ao assim fazer, conseguia introduzir discussão sobre o tema, par-  
28 tindo de uma preocupação pessoal, pois, no currículo das escolas, não  
29 havia orientação nesse sentido. Na escola da rede municipal em que tra-  
30 balha, a postura da direção é de que não se fale de religião.

31 Segundo dados da pesquisa, há dois anos, Eloisa desenvolveu um  
32 projeto, em conjunto com outros professores, cujo objetivo era realizar a  
33 Semana da Consciência Negra na escola. Neste, cada professor deveria  
34 apresentar uma atividade que atendesse aos objetivos propostos pelas *Di-*  
35 *retrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Etnicor-*  
36 *raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*  
37 (BRASIL, 2005). Ela normalmente propunha uma tradução de um texto

1 em iorubá, cujo objetivo era inserir elementos da cultura africana e afro-  
2 -brasileira, ampliando o conhecimento dos alunos sobre essa etnia.

3 [Eloisa], nós não podemos chegar e dizer: “Vamos esquecer esse povo,  
4 porque eu não tenho nada com esse povo”. Eu sempre bato nessa tecla com os  
5 alunos. Porque eu trabalho com alunos de comunidade e você não vai achar  
6 um aluno de comunidade que não tenha um pezinho lá na África. E é muito  
7 por aí. (QUINTANA, 2013, p. 134)

8 Esta proposta deu resultados, mas não teve continuidade por não  
9 ter havido apoio da parte da direção e coordenação pedagógica. Eloisa  
10 ressaltou o fato de que o currículo praticado nas escolas brasileiras,  
11 mesmo com a Lei nº 10.639, continua deixando em segundo plano, temas  
12 relativos à presença africana no Brasil. E a questão religiosa passa ao lar-  
13 go desta discussão.

14 Ao ser questionada se, nas escolas em que eu trabalhava, era de  
15 conhecimento público a sua religiosidade, Eloisa respondeu que todos  
16 sabiam que ela era candomblecista e que isso possibilitava uma aproxima-  
17 ção entre ela e os alunos. Que em seu contato com os discentes ela  
18 busca saber se têm sido vítimas de manifestações de intolerância religio-  
19 sa, em especial na forma como a escola e alguns professores tratam a re-  
20 ligiosidade deles.

21 Eloisa declara que os professores que se assumem praticantes das  
22 religiões afro-brasileiras têm medo de sofrer algum tipo de represália ou  
23 retaliação, pois o problema não está na implementação da Lei nº 10.639  
24 e, sim, no ensino religioso. Afirma que a forma como o ensino religioso é  
25 ministrado nas escolas da rede estadual é algo muito perigoso e que ela  
26 tem muito medo da perseguição velada aos adeptos do candomblé e da  
27 umbanda: "A gente já não pode dizer que nós somos candomblecistas. A  
28 maioria se diz espírita. Eu não sou espírita, eu sou candomblecista. Mas a  
29 maioria se diz espírita ou católico, como forma de se proteger". (QUIN-  
30 TANA, 2013, p. 134)

31 Obviamente o medo em assumir a religiosidade e a sensação de  
32 perigo gerada vão fazer com que elementos fundamentais da identidade  
33 seja ocultado, ou mesmo negados, no cotidiano escolar dos professores

34 Na rede estadual do Rio de Janeiro, o ensino religioso apresenta  
35 uma tendência muito grande de doutrinação, segundo Eloisa, o que con-  
36 traria o Artigo 5 da Constituição Federal (BRASIL, 1998). Aponta um  
37 caso, que demonstra o grau de intolerância de algumas escolas da rede  
38 pública do Rio de Janeiro:



1 [Eloísa]. Nós já vimos acontecer com um garoto que havia feito o santo e  
2 foi supermaltratado na escola. A professora o chamava de “filho do diabo”. É  
3 muito complicado, é muito perigoso. [...] A gente tem que ter muito cuidado,  
4 da forma como a religião é tratada nas escolas. [...] Tá errado, cada um tem o  
5 direito de ter a sua religião, escolher o que é melhor pra si. (QUINTANA,  
6 2013, p. 135)

7 Segundo Pedro Oro, a demonização religiosa não é uma inovação  
8 do catolicismo brasileiro. Mesmo tendo havido rejeição das religiões  
9 afro-brasileiras, seus rituais e crença, pela igreja católica ao longo de sé-  
10 culos na história brasileira, hoje pode ser observado que é travada uma  
11 espécie de guerra santa praticada por algumas igrejas neopentecostas  
12 tendo por base uma teologia surgida na década de 80 no meio evangélico  
13 norte-americana, que propõe a demonização das religiões não cristãs.  
14 (ORO, 2007)

15 Eloísa critica a postura adotada pela Secretaria Municipal de Edu-  
16 cação do Rio de Janeiro, que proíbe a divulgação de atitudes de intole-  
17 rância nas escolas pertencentes à rede. Tendo ela própria sido proibida de  
18 afixar cartazes sobre a caminhada contra a intolerância religiosa, pela di-  
19 reção de uma escola sob a alegação de haver uma ordem da Secretaria de  
20 Educação proibindo menção a religião na escola.

21 A permanência no magistério para ela acabou por se tornar uma  
22 questão de sobrevivência e cumprimento de tempo para se aposentar. Os  
23 constantes enfrentamentos estavam fazendo com que descreditasse da  
24 escola, focando toda a sua experiência de mais de 25 anos de magistério  
25 em seu terreiro de candomblé, onde pretende desenvolver projetos soci-  
26 ais:

27 [Eloísa]. Quando eu me aposentar, aí vai ser o meu tempo só para Oxalá.  
28 E aí eu tenho um sonho. Eu quero que a casa funcione mais como um lugar  
29 gerador de coisas para a comunidade. Eu moro nos pés do Morro do Anjo e  
30 eu gostaria que a Casa fosse mais atuante para ajudar essas pessoas. Mas eu  
31 não quero dar uma cesta básica, eu quero ensinar. (QUINTANA, 2013, p. 135)

### 32

### 33 **5. *Jéssica: oyá é tudo em sua vida***

34 A terceira entrevistada por Eduardo Quintana é Jéssica de Oyá  
35 que integra um terreiro situado em Itaguaí (RJ). Casada com um ogã,  
36 com quem tem um filho, mulher negra, 32 anos. Nascida em Brasília, fi-  
37 lha única que migrou ainda pequena para o Rio de Janeiro, com a família  
38 e cujo pai era militar. Formada em educação física, é professora da rede  
39 pública do Rio de Janeiro.

1           Acerca de situações de intolerância na escola, afirma que onde  
2 trabalha já presenciou situações de preconceito e intolerância com rela-  
3 ção aos alunos que praticam as religiões afro-brasileiras, citando o caso  
4 de aluna de sua escola que “bolou no santo” e seus colegas começaram a  
5 gritar, dizendo que era “coisa do diabo”. Ressaltou que esse tipo de atitude  
6 tem se tornado frequente e que alguns professores fingem ignorar a si-  
7 tuação.

8           Afirma que o fato de ser praticante e usar vestimentas próprias e  
9 camisetas alusivas aos orixás e fio de contas no pescoço, possibilita aos  
10 alunos que se aproximem dela para conversar, algo que não acontece  
11 com os outros professores:

12                           [Jéssica] pelo fato de eu ser da religião, os alunos conversam comigo:  
13 “Professora, você é de candomblé?” Teve um dia, que eu fui com uma camisa  
14 que tinha estampada a figura de Oxum. Aí, a aluna veio: “Ih, professora, eu  
15 raspei...”. Aí, vem e conversa. Eles se aproximam para falar. Primeiro, eles  
16 percebem, ou porque viu o fio de contas no meu pescoço, ou pela roupa bran-  
17 ca, eles se aproximam para falar. (QUINTANA, 2013, p. 136)

18           Declara acreditar que nos encontramos diante da formação de re-  
19 des de sociabilidade estabelecidas com fim específico de proteção, tecida  
20 pela mediação dos vínculos com o universo religioso afro-brasileiro pos-  
21 sibilitando a interação do indivíduo com o grupo, a partir da percepção  
22 de que estas envolvem: além dos conteúdos, a própria valorização de su-  
23 as ações. Desse modo, as formas resultantes destes processos ganham vi-  
24 da própria, libertas dos conteúdos e existindo por si mesmas, constituin-  
25 do a sociabilidade, que transforma associação em um valor apreciado em  
26 si (SIMMEL, 2006). São redes de apoio mútuo estabelecidas através da  
27 religiosidade, partilhada com o professor, e a necessidade de segurança  
28 em um espaço que vem se tornando hostil a eles. Jéssica não está indife-  
29 rente a esses fatos, tendo consciência de que esses alunos se sentem mais  
30 seguros ao seu lado.

31           A entrevistada chama a atenção para as estratégias adotadas por  
32 professores praticantes ou relacionados ao universo religioso afro-brasi-  
33 leiro. Tomando o exemplo do conselho de classe, em que esses professo-  
34 res procuram ajudar os alunos que praticam religiões afro-brasileiras, no  
35 intuito de abonar as faltas decorrentes de sua frequência ao terreiro. Ela  
36 afirma que as reuniões se transformam em verdadeiros embates, pois al-  
37 guns professores argumentam que a religião não pode ser usada como  
38 justificativa, ignorando, ou mesmo negando a religiosidade desses alu-  
39 nos:

1 [Jéssica] Eu acho que isso é um problema de intolerância mesmo. Na escola que eu trabalho, a diretora é superflexível. Ela é evangélica, tem os princípios dela, mas ela é superflexível, ela aceita bem. Mas, a gente sabe que tem lugares que há esta discriminação. (QUINTANA, 2013, p. 137)

5 Jéssica assegurou que isto é recorrente, em se tratando de professores evangélicos e católicos ligados à renovação carismática, o que causa conflitos entre seus pares e entre professores e alunos. Essa relação reflete na implementação da Lei nº 10.639, pois os professores rejeitavam sua proposta, dificultando o trabalho contínuo como a lei exige:

10 [Jéssica] A gente trabalha... alguns professores na disciplina de horário integral. Então, tem uma matéria lá, que nós chamamos de “Afro-CIEP. Tem uma professora que trabalha com o Jongo, outra trabalha com história. Mas não é parte da grade curricular, é fora dela. (QUINTANA, 2013, p. 138)

14 Esses dados indicam que o currículo praticado pela escola onde esta trabalha não está plenamente alinhado com uma educação antirracista, pois as atividades, aparentemente, são estanques, não fazendo parte de um planejamento maior, pensado em longo prazo. Ela afirma que a escola se limita à Semana da Consciência Negra e a atividades extracurriculares das quais somente os alunos do horário integral participam, de forma facultativa, dentre as atividades previstas na Lei nº 10.639. E a direção e coordenação pedagógica não instam os professores a trabalharem na forma da lei. Sendo a participação dos professores facultativa, não há recusa em seguir a lei, mas sim uma opção por trabalhar outros temas, forma sutil de negar a superação de preconceitos sobre a África, sua história e suas heranças culturais.

26 Fechando o nosso texto, apresentamos a narrativa vivenciada pela professora Rose, recolhida na pesquisa sobre intolerância religiosa sofrida pelos praticantes de religiões de matrizes africanas, relacionada ao cotidiano do exercício profissional

30 [Tenho 58 anos, trabalho há trinta anos como professora de primeira e quarta em uma escola de freiras. Todos esses anos tive que esconder minha religião. Eu sabia que, se as irmãs descobrissem minha religião, eu seria mandada embora do trabalho. Nesses anos presenciei inúmeras vezes as formas desrespeitosas com que tratavam minha religião. A dor era maior por não poder reagir, pois reagir naquela situação era certeza de perder o emprego. Quantas vezes para não aparecer na escola com marcas de minha religião tive que inventar uma doença, forjar um atestado médico para justificar minhas faltas. Na minha religião existem preceitos que muitas vezes exigem usar um turbante branco, ou até mesmo toda a roupa branca. Como aparecer assim na escola? É muito difícil fingir essas coisas. A gente aprende com o tempo a conviver escondendo essas coisas que, para nós, são tão preciosas. O preconceito é muito grande. As pessoas não entendem ou não querem entender, então discriminam.

1 Acho que elas nem se perguntam pelo sofrimento que a gente sente com essas  
2 discriminações. E assim a gente vai vivendo].

### 3 4 **6. Considerações finais**

5 As análises dos discursos no presente artigo revelam as inúmeras  
6 dificuldades no processo educacional em trabalhar com os elementos ad-  
7 vindos do mundo das matrizes africanas.

8 Existe um bloqueio sistemático transvestindo as instâncias de po-  
9 der, criando, obstaculizando e interditando o livre exercício profissional  
10 docente, quando se trata de uma abordagem das temáticas que envolvem  
11 aspectos da religiosidade vinculados às africanidades.

12 Ao ter que ocultar, no espaço educacional, a pertença religiosa,  
13 sob a alegação de que isso não pode interferir na ação docente, inibe-se o  
14 professor e lhe cria constrangimentos desnecessários à afirmação de sua  
15 identidade.

16 Em decorrência disso, acentua-se o que, no espaço educacional, já  
17 está cristalizado e naturalizado, ou seja, se a religiosidade estiver associ-  
18 ada às práticas do cristianismo, não se constituem em problema algum.

19 As experiências aqui abordadas são indicativos do quanto ainda se  
20 faz necessário o exercício para o respeito à diversidade em todas dimen-  
21 sões da existência humana. A lei 10.639, seguramente, foi um marco nes-  
22 se processo. Entretanto ainda está muito distante de ser assimilada por  
23 gestores educacionais em postos decisivos na rede educacional.

### 24 25 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

26 MACHADO, Ana Maria. *Menina bonita do laço de fita*. São Paulo: Áti-  
27 ca, 1988.

28 MARTINS, Adilson. *Lendas de Exu*. Rio de Janeiro: Pallas, 2005. Dis-  
29 ponível em: <[https://books.google.com.br/books?hl=pt-  
30 BR&lr=&id=2SPWCwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT5&dq=Adilson+Martins.+Lendas+de+Exu.+Editora+Pallas+em+2005&ots=5cpYuY3ZjV&sig=  
31 =xMpRoG--PhtSWxbVfxno8Uk8heU](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=2SPWCwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT5&dq=Adilson+Martins.+Lendas+de+Exu.+Editora+Pallas+em+2005&ots=5cpYuY3ZjV&sig=xMpRoG--PhtSWxbVfxno8Uk8heU)>.

33 MIRANDA, Ana Paula Mendes de. Entre o privado e o público: conside-  
34 rações sobre a (in)criminação da intolerância religiosa no Rio de Janeiro.  
35 *Anuário Antropológico*, Brasília, 2010. Disponível em:

- 1 <[http://www.cultura.rj.gov.br/artigos/entre-o-privado-e-o-publico-](http://www.cultura.rj.gov.br/artigos/entre-o-privado-e-o-publico-consideracoes-sobre-a-in-criminacao-da-intolerancia-religiosa-no-rio-de-janeiro)  
2 [consideracoes-sobre-a-in-criminacao-da-intolerancia-religiosa-no-rio-de-](http://www.cultura.rj.gov.br/artigos/entre-o-privado-e-o-publico-consideracoes-sobre-a-in-criminacao-da-intolerancia-religiosa-no-rio-de-janeiro)  
3 [janeiro](http://www.cultura.rj.gov.br/artigos/entre-o-privado-e-o-publico-consideracoes-sobre-a-in-criminacao-da-intolerancia-religiosa-no-rio-de-janeiro)>.
- 4 QUINTANA, Eduardo. Intolerância Religiosa na Escola: O que profes-  
5 soras filhas de santo tem a dizer sobre esta forma de violência. In: Revis-  
6 ta Fórum Identidades ITABAIANA: GEPIADDE, ano 07, vol. 14, p.  
7 127-140, jul./dez. 2013. Disponível em:  
8 <[https://seer.ufs.br/index.php/forumidentidades/article/viewFile/2058/17](https://seer.ufs.br/index.php/forumidentidades/article/viewFile/2058/1797)  
9 [97](https://seer.ufs.br/index.php/forumidentidades/article/viewFile/2058/1797)>.
- 10 \_\_\_\_\_. *No terreiro também se educa: relação candomblé-escola na*  
11 *perspectiva de candomblecistas*. 2012. Tese (Doutorado em Educação) –  
12 Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- 13 ROCHA, José Geraldo da; ALBUQUERQUE, Gabriela Girão de. Cultu-  
14 ra afro-brasileira na escola e a intolerância religiosa. In: MONTEIRO,  
15 Rosana Batista (Org.). *Práticas pedagógicas para o ensino de história e*  
16 *cultura afro-brasileira, africana e indígena no ensino médio*. Seropédica:  
17 Evangraf, 2013, p. 113-131.
- 18 ROCHA, Marcos Porto Freitas da. *A formação e a identidade do profes-*  
19 *sor do ensino religioso*. Artigo apresentado em X SIAT e II SERPRO.  
20 UNIGRANRIO, 2014.